

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.576 - SP (2019/0255387-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : JANIO CESAR MORAIS
ADVOGADO : HELIELTHON HONORATO MANGANELI - SP287058
AGRAVADO : BANCO CETELEM S.A
ADVOGADO : DIEGO MONTEIRO BAPTISTA E OUTRO(S) - RJ153999

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

Julgamento antecipado da lide Cerceamento de defesa Prolator da sentença que tinha em mãos todos os elementos necessários para que fossem apreciados os argumentos desenvolvidos no processo Prova documental produzida que era suficiente para a antecipação do julgamento da demanda - Perícia contábil que é totalmente prescindível no caso em tela - Nulidade da sentença, por ofensa ao art. 5º, LV, da CF, que não pode ser decretada.

Ação de obrigação de fazer c.c. indenização por danos morais repetição de indébito - Autor que admitiu haver realizado empréstimo consignado com o banco réu, mas não cartão de crédito consignado, não tendo autorizado a reserva de sua margem consignável para esse tipo de contratação - Tese ventilada pelo autor que não se mostrou verossímil, ainda que a ação verse sobre consumo c seja ele hipossuficiente.

Ação de obrigação de fazer c.c. indenização por danos morais repetição de indébito Banco réu que demonstrou ter o autor firmado "Proposta de Adesão Cartão de Crédito Consignado", com autorização para desconto em seu benefício previdenciário - Banco réu que demonstrou ter o autor efetuado saque com o cartão de crédito consignado, havendo o valor de R\$ 2.683,92 sido disponibilizado na conta corrente de sua titularidade - Clareza do contrato sobre o seu objeto, sobre as taxas mensal e anual de juros aplicáveis ao saldo devedor financiado, assim como sobre a autorização para o desconto, no benefício previdenciário do autor, do valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado.

Ação de obrigação de fazer c.c. indenização por danos morais e repetição de indébito - Alegação de prática abusiva por parte do banco réu não atestada Saque para desconto no benefício previdenciário da autora que foi realizado em 14.4.2016, havendo ele os questionado apenas quando do ajuizamento da ação, em 21.7.2017 Autor que fez vários empréstimos consignados em seu benefício, a evidenciar que ele tinha conhecimento suficiente para distinguir se estava contratando empréstimo consignado ou cartão de crédito com reserva de margem consignável.

Ação de obrigação de fazer c.c. indenização por danos morais e repetição de indébito - Cartão de crédito consignado - Instrução normativa INSS/PRES. nº 28/2008 Banco réu que comprovou a solicitação formal do empréstimo mediante a utilização do cartão de crédito, nos termos do art. 15, inciso I, da citada Instrução Normativa Banco réu que informou o número de parcelas para pagamento do saque - Instrução Normativa que, no Capítulo VI, intitulado "Do Cartão de Crédito", arts. 15 a 17, apenas impõe que "o número de pagamentos não poderá exceder sessenta e duas parcelas mensais e sucessivas", hipótese não retratada na espécie - Operação financeira que não padece de irregularidade - Ação improcedente Apelo do autor desprovido.

Nas razões de recurso especial, alega violação dos arts. 6º, V, 39, I, IV e V, e 51, I, IV e VX, do Código de Defesa do Consumidor, assim como divergência jurisprudencial.

Sustenta o agravante ter sido induzido a erro na contratação de saque monetário via cartão de crédito, quando, na verdade, pretendia realizar empréstimo consignado.

Suscita dissídio jurisprudencial.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Verifico que o Tribunal de origem consignou que houve expressa contratação de cartão de crédito consignado, bem como afastou a alegada abusividade da relação contratual, assim discorrendo (fls. 434/435):

Ainda que a ação verse sobre consumo e seja o autor hipossuficiente, não se mostrou verossímil a alegação de que ele apenas contratou com o banco réu empréstimo consignado padrão, não tendo aderido a

cartão de crédito consignado com reserva de margem consignável RCM (fls. 2390).

O banco réu demonstrou que o autor contratou cartão de crédito consignado, com autorização de desconto em seu benefício previdenciário.

Para tanto, a instituição financeira juntou a "Proposta de Adesão - Cartão de Crédito Consignado", por meio da qual foi concedido ao autor o limite de crédito de R\$ 2.825,16 (fl. 366), firmada por ele em 14.4.2016 (fl. 367).

Na proposta de adesão, no campo "Autorização para Desconto", o autor autorizou o banco réu a: "proceder à Reserva de Margem Consignável RMC em seu favor visando à realização de desconto mensal em sua remuneração para pagamento do valor correspondente ao mínimo da fatura mensal do cartão até a liquidação do saldo devedor, conforme legislação vigente" (fl. 366).

A referida reserva da margem consignável correspondia, na data da contratação, em 14.4.2016 (fl. 367), a R\$ 108,66 ao mês (fl. 366), quantia compatível com a margem consignável de rendimentos do autor, R\$ 2.195,05 (fl. 370).

O autor, na proposta de adesão, declarou também: "ter conhecimento de que a ausência de pagamento integral do valor da fatura na data de seu vencimento representa, de forma automática, o financiamento de meu saldo devedor, sobre o qual incidirão os encargos descritos no item III" (fl. 367). Isso afasta a alegação de "ausência de informações sobre a necessidade de pagamento da fatura" (fl. 397).

(...)

2.3. Ademais, não ficou demonstrada prática abusiva por parte do banco réu, diversamente do alegado nas razões recursais (fl. 387).

O saque que originou os descontos da reserva de margem consignável no benefício previdenciário do autor foi realizado em 14.4.2016 (fls. 366/367), havendo ele os questionado somente em 21.7.2017, quando ajuizou esta ação (fl. 1).

A idade, inexperiência ou hipossuficiência do consumidor (fl. 390), por si só, não é suficiente para presumir a existência de vício de consentimento, já que tal condição não lhe retira a capacidade ou a higidez mental.

O extrato emitido pelo INSS revelou que o autor fez inúmeros

empréstimos consignados (fl. 33), a evidenciar que ele tinha conhecimento suficiente para distinguir se estava contratando empréstimo consignado ou cartão de crédito consignado.

Com efeito, observo que rever o entendimento do Tribunal de origem no sentido de verificar a existência de vício de consentimento ou suposta prática abusiva da instituição financeira demandaria o reexame de cláusulas contratuais e do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Guardados os devidos contornos fáticos próprios de cada caso, cito os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE CUMULADA COM RETIFICAÇÃO PARCIAL DE REGISTRO CIVIL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. INEXISTÊNCIA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ.

1. Inexistência de maltrato ao art. 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a divergência entre a paternidade declarada no assento de nascimento e a paternidade biológica somente autoriza a desconstituição do registro se comprovado o vício de consentimento.

3. Na hipótese dos autos, infirmar as conclusões do julgado, para reconhecer a existência de vício de consentimento, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra vedação no Enunciado n.º 7, do Superior Tribunal de Justiça.

4. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

5. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1699076/PB, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, Dje 25.9.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO

ESPECIAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação recursal que alega violação de dispositivo legal cujo conteúdo jurídico é dissociado da tese defendida no recurso especial.
 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).
 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto ao afastamento da abusividade da cláusula penal demandaria a interpretação do contrato e o reexame da matéria fática, o que é vedado em sede de recurso especial.
 4. Agravo interno a que se nega provimento.
- (AgInt no REsp 1344677/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, Dje 22.11.2019)

Com relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, quando não estiver comprovado nos moldes dos arts. 1029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015; e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do STJ. Vale destacar, ainda, que as circunstâncias fáticas e as peculiaridades diferem em cada caso, o que inviabiliza, em regra, o recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, que se funda em premissa fático-probatória e, particularmente, no caso concreto em que os fatos e provas dos autos não se revelam análogos aos dos paradigmas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensa a exigibilidade em razão da assistência judiciária gratuita concedida.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora